

A8: A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira – Jessé Souza

Grupo: Isabela Santos, Lívia Rebeca, Natália Gandolphi, Nayara Araújo, Paula Shirahama

Introdução

Jessé de Souza inicia o texto apresentando sua tese principal segundo a qual a maior parte da população brasileira, as classes populares, é invisível e mal compreendida. Esse abandono ocorre tanto em relação às práticas sociais quanto às institucionais. Essa invisibilidade, de acordo com o autor, é favorecida pela "interpretação do Brasil" incorporada nos indivíduos na forma de uma "segunda natureza", profundamente interiorizada, o que a torna praticamente inquestionável. Trata-se da tese do "patrimonialismo estatal", gerada – assim como outros elementos da sociedade – a partir de "ideias" de intelectuais e cientistas. Esta tese favorece interesses econômicos e políticos poderosos, institucionalizando-os e os tornando "realidade material".

Patrimonialismo e racismo de classe: A interpretação pseudocrítica dominante no Brasil moderno

O autor apresenta as ideias de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque como as construtoras do Brasil moderno, desde a década de 1930. Freyre altera as ideias vigentes anteriormente do "racismo científico" que sentenciavam a sociedade brasileira ao fracasso pelo fato da população ser mulata e mestiça. Freyre torna o mestiço como símbolo de todo o bem, construindo assim o ícone máximo da "brasilidade". Desta forma, permite a criação de uma "fantasia compensatória" de generosidade e humanidade do brasileiro, em oposição aos americanos que seriam mais ricos e democráticos. Essa identidade é gerada a partir do racismo americano.

De outra parte, Sérgio Buarque utiliza os mesmos fundamentos de Freyre, em especial o "culturalismo", que singulariza o brasileiro, de forma caracterizada por Jessé como tendenciosa e superficial do ponto de vista científico. Buarque, ainda influenciado por Freyre, também utiliza o conceito de "plasticidade", para definir o traço maior do luso-brasileiro, o "patrimonialismo", definido por Jessé Souza como a consolidação institucional do personalismo na cultura brasileira.

A crítica de Jessé Souza em relação às ideias de Freyre está relacionada ao mito da “democracia racial” elaborada como produto da miscigenação étnica. Assim, é possível pensar em ideologia da brasilidade, contribuindo para a preservação de relações de desigualdade na sociedade brasileira.

Idealização ingênua dos EUA

A partir de Buarque, Roberto da Matta e vários outros autores, há uma equalização das virtudes americanas às virtudes do mercado, visto como o reino de todas as coisas boas. Assim, os vícios brasileiros são associados à suposta influência do Estado na vida social, percebido como causa de todos os males, sendo ineficiente e corrupto.

Essa visão é descabida, já que ambos formam um sistema interdependente. De fato, tendo em vista a última crise internacional, percebermos o mercado internacional como o principal fraudador e corruptor, tal como os bancos americanos que institucionalizam a fraude como fundamentos dos negócios e do lucro. E continuam sendo incorruptíveis para pensadores muito influentes que vendem até hoje a imagem dos EUA como reino das virtudes como "verdade científica".

Assim, como não existe dominação eficiente se o oprimido não incorpora como sua a visão do mundo do opressor, toda a nossa sociologia e ciência política dominante entre nós utiliza até hoje as mesmas categorias que a sociologia da modernização americana utilizou e ainda utiliza para justificar sua dominação fática política e econômica sobre o resto do mundo.

Mais interessante ainda é a ligação orgânica entre a tese do patrimonialismo estatal e o racismo de classe contra as classes populares entre nós. Como essa relação seletiva com a “ética”, só existem olhos para a corrupção no Estado, as classes populares são condenadas como “antiéticas” por seu apoio ao Estado atuante, permitindo juntar os temas do patrimonialismo e do racismo de classe dos grupos privilegiados como fundamento do moralismo seletivo travestido de ciência da “ordem liberal” no Brasil.

Todo esse arsenal interpretativo está hoje em dia a serviço do (des)conhecimento e do preconceito contra as classes populares no Brasil, tanto em relação ao que o autor designa provocativamente de “ralé” quanto, também, em relação aos “batalhadores” da chamada “classe C”.

A assim chamada “Nova Classe Média”

O autor também explana sobre a chamada “nova classe média”, considerando seu papel decisivo para o crescimento econômico do Brasil na última década. Para além da importância econômica, possui importância política. Porém, o nome que essa “nova classe” recebe é distorcido, pois dá margem à interpretação de que são as classes médias, e não os pobres, que representam a maioria da população. É assim que algumas fontes consideram que a classe média compõe 54% da população brasileira¹. Na verdade, essa nova classe não possui os mesmos privilégios que as classes médias já estabelecidas. Assim, Souza prefere batizar essa classe de “batalhadores” ou “emergentes”, afirmando que constitui uma classe trabalhadora precarizada, sem garantias sociais e direitos. Sua capacidade de consumo deriva de um “extraordinário esforço pessoal” e sacrifícios diversos. Os emergentes não possuem nenhum dos privilégios da classe média verdadeira, como o “tempo livre” para investir nos estudos e na obtenção de conhecimento. A maioria é proveniente de escolas públicas. Quando continuam os estudos são absorvidos por universidades privadas à noite, enquanto trabalham. A construção de uma ética do trabalho, que inclui disciplina e autocontrole, explica essa persistência e resistência. Portanto, os emergentes estão mais próximos das classes trabalhadoras do que da classe média, porém possuem mais perspectiva de futuro do que a “ralé”.

Para o autor o entendimento do processo de formação das classes sociais “(...) permite a crítica do princípio social mais importante para a legitimação de todo tipo de privilégio injusto das sociedades modernas, que é o princípio da “meritocracia”. Esse privilégio é aceito como “justo”, apenas porque é percebido como decorrente de um “desempenho individual extraordinário”.

Por outro lado, o autor critica a associação de classe e renda, pois assim o foco se dirige somente ao aspecto econômico e não às pré-condições sociais do pertencimento à classe. Dessa forma, o mérito individual pode ser desmascarado e classificado como “socialmente construído”, já que as chances individuais são muito diferentes para as distintas classes desde o nascimento, passando pela escola e pelo mercado de trabalho.

A “ralé” de desclassificados e abandonados sociais

A sociedade brasileira construiu e reproduz até hoje uma classe de abandonados sem chance de participação na competição social. Há uma “luta de classes” permitindo que toda uma classe não consiga incorporar conhecimento útil para participar no mercado econômico competitivo. Assim, é explorada como mão de obra barata, poupando tempo das classes média e alta para estudo e trabalho em funções prestigiosas e rentáveis. Essa assimetria é uma contradição da qual nunca se fala. Quando esta classe chega ao noticiário é quase sempre pela oposição bandido-polícia, criando marcas contra os mais fracos.

O autor realizou uma pesquisa desta classe nas regiões brasileiras, que por meio do discurso dos indivíduos da “ralé”, pode “reconstruir” o sentido da vida em condições extremas de exclusão social em que vivem. Esse sentido parece ser construído na reprodução da “família desestruturada”, fruto do abandono político. A naturalização do abuso sexual dos mais velhos e mais fortes em relação aos mais novos e mais fracos é um tabu quase nunca veiculado pela mídia, o que apenas favorece a sua perpetuação no tempo. Assim, há feridas na autoestima e na autoconfiança dos indivíduos dessa classe, que se transmite de geração a geração. Os papéis sociais de pais e filhos com as obrigações recíprocas da família de classe média são precariamente reproduzidos.

Outro fator de marginalização é o não aprendizado de habilidades e capacidades fundamentais para a apropriação de capital cultural. O problema é a ausência da incorporação afetiva da “capacidade de se concentrar”, algo que os indivíduos de classe média percebem como uma “habilidade natural”. Como faltam exemplos afetivos em casa, essa capacidade de se concentrar não é desenvolvida pela “ralé”. São famílias que não têm o hábito da leitura, predominando o engajamento em serviços braçais. Assim, mesmo passando um tempo na escola, os filhos não conhecem sucesso profissional, o que lhes leva a se considerar como indivíduos incapazes. Os pesquisadores constatam então que não são os “discursos”, mas apenas as “práticas” sociais efetivas, moldadas por exemplos, os instrumentos de mudança. A instituição escolar nesse contexto é ineficiente, porque essas crianças já chegam como “perdedoras” nas escolas. A instituição escolar passa a ser marcada pela “má-fé institucional”, de modo que prometem a redenção dessa classe pela educação, mas na verdade, transformam o abandono social em “culpa individual” de alunos ditos burros e preguiçosos. Na pesquisa, há várias declarações de jovens que se imaginam incapazes, sem inteligência e sem condições de concentração por culpa própria.

¹ Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2682174/nova-definicao-da-classe-media-abrange-54-da-populacao-brasileira>

“Pobres honestos”

Existe nas classes desfavorecidas um verdadeiro abismo entre os denominados “pobres honestos” – aqueles que se conformam com a realidade e vendem sua força de trabalho a preço pífio – e aqueles denominados “pobres delinquentes” – aqueles que se revoltam contra a estrutura social vigente que os condenam.

Assim, o drama cotidiano das famílias da “ralé” é precisamente o tema da “honestidade”, encarada como a fuga do destino de bandidos para meninos, ou de bêbados para homens, e de prostitutas para meninas. Essas figuras são paradigmáticas da delinquência nessa classe que está, por sua fragilidade, exposta aos riscos e seduções da vida desviante.

Por fim, não se trata, no entanto, de uma classe condenada para sempre. Nos últimos anos, parte dela obteve um sensível crescimento econômico, ainda que sua redenção efetiva exija muito mais que estímulos econômicos paliativos. Para que esta emancipação possa ocorrer, é necessária uma reforma de ideias, de forma a reconstruir consensos naturalizados no nosso país que permitem a reprodução da estrutura social vigente. Assim, o debate de ideias é a primeira trincheira para um debate público realmente comprometido com a mudança social.

Questão da educação pública²

A educação no Brasil sempre esteve relacionada à questão da cidadania. Assim a sub-cidadania brasileira nasce com processos de marginalização educacional que ocorrem desde a delegação da tarefa de educador aos jesuítas durante o período de colonização, até a momentos recentes, com a inserção tardia das classes populares na educação pública regular, somente a partir de 1930.

Portanto, a educação no país é historicamente elitista, com objetivo de formar dois grupos de cidadãos: um que comanda e outro que é comandado. Tal dualidade encontra-se enraizada na sociedade, de modo que até hoje a educação que a população pobre recebe não tem como finalidade a emancipação e o exercício pleno da cidadania por todos os brasileiros. O legado que a educação brasileira tem deixado pode ser verificado, através de estatísticas nacionais e internacionais, nos baixos índices de aprendizagem em regiões mais pobres e nas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos, negros e indígenas.

² Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_10671_em_20_06_2011_09_30_32.pdf